

A evasão escolar no contexto da expansão do ensino superior: O caso da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

Marillia Gabriella Duarte Fialho¹

Mônica Ulson Brandão Teixeira²

1 Introdução

A expansão do ensino superior (ES), um fenômeno presente em todo o mundo, serve de moldura para o desenvolvimento deste texto. Entre os anos de 1995 a 2005, o número de matrículas registradas em 98 países emergentes e desenvolvidos praticamente duplicou, passando de 33,4 milhões para 62,9 milhões (BROWN & LAUDER, 2013, p.259), abrindo espaços para um olhar referente às transformações na divisão global do trabalho e nas lutas relacionadas com a justiça social, repercutindo nas políticas educativas.

Este processo expansionista também veio acompanhado de expressivos índices de abandono/evasão, provocando amplos debates sobre como encontrar a combinação apropriada entre a oferta e a permanência do alunado na instituição universitária e sobre os próprios benefícios gerados por essa expansão. Isto vem desafiando explicações tanto dos “teóricos do consenso como dos teóricos dos conflitos” (BROWN & LAUDER, op.cit. p.259), e também do planejamento educacional nacional e da gestão universitária. Em realidade, o abandono\evasão, trata-se de um fenômeno complexo (SCALI, 2009), heterogêneo e macrossocial (BAGGI e LOPES, 2013) e que atinge dimensões internacionais. Nele são apresentados indicadores de evasão no ensino superior na Espanha (20%), Estados Unidos (35%), Colômbia (45%), Chile (50%), Itália (60%) (BAGGI e LOPES, 2013) e na Argentina, cuja taxa de evasão gira em torno de 50% no ensino superior (PAULA, 2011).

Até o momento não se tem muitas respostas e nem alternativas viáveis para solucionar este problema, fato que estimula estudos e reflexões sobre os fatores que os causam, considerando, inclusive, as exigências contemporâneas da sociedade que requer mais escolaridade e qualificação.

O paradoxo dessa situação é a existência de relação direta entre a expansão e a evasão. Se por um lado, a cada ano cresce o número de candidatos que concorrem (e excedem) as vagas oferecidas pelas universidades públicas e privadas, por outro lado - no caso brasileiro, seis meses depois do início das aulas, é visível o abandono escolar, fato que

¹ Mestre em Gestão das Organizações Aprendentes. Analista do Programa Melhoria da Educação no Município, iniciativa da Fundação Itaú Social e executado pela Oficina Municipal.

² Mestre em Educação: Currículo pela PUC-SP. Coordenadora Pedagógica da Oficina Municipal.

debilita os objetivos expansionistas e democratizantes das recentes políticas de educação superior.

A ideia, neste trabalho, é comentar o fenômeno da evasão no ensino superior através de dois objetivos intercruzados, misturando enfoques teóricos e resultados de estudos nacionais e internacionais (FREITAS, 2007; MELO LOBO, 2012; LOBO et al., 2007; NETO, CRUZ, PFITSCHER, 2008; SILVA FILHO, 2009; SOUZA, PETRÓ, GESSINGER, 2012) com dados numéricos, produto de uma pesquisa realizada no ano de 2014.

O primeiro objetivo trata de demonstrar como ocorreu este movimento na UFPB no período de 2007 a 2012, quando vigorou o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, destinado a ampliar e melhorar as universidades públicas brasileiras. Objetivamente, tomou-se como base de análise dados secundários, disponibilizados pelo Núcleo de Tecnologia da Informação e pelo Departamento de Estatística da UFPB, e se efetuou um estudo longitudinal retrospectivo das taxas de evasão escolar nos cursos de graduação presencial, desagregado por Campus e por Centro de Ensino da Instituição. Isto, com o intuito de relacionar as metas de redução de evasão previstas pelo REUNI nacional e pelo projeto da UFPB com a situação concreta encontrada. O segundo objetivo, referenciado por estas perdas de alunos, trata calcular, através de dados fornecidos pela própria administração da UFPB, as perdas financeiras da Instituição derivadas desse fenômeno no período, atentando para os seus possíveis reflexos na manutenção (sustentabilidade) institucional.

2 Evasão escolar: Enfoques teóricos e analíticos

O termo evasão, do latim “*evasio*”, significa evadir-se, fugir, escapar, dar sumiço. Trata-se de uma ação de abandono de algumas coisas, de afastar-se do ponto em que se encontra. Apesar das diversas concepções que abrangem o termo, é possível considerar a *evasão escolar* como a não finalização do aluno de uma unidade educacional (escola, curso, treinamento, qualificação, especialização ou qualquer outra modalidade educacional). No âmbito da educação superior, não existe ainda um consenso sobre a sua definição.

A Comissão Especial de Evasão organizada pelo MEC em 1996 considera o fenômeno como a saída definitiva do curso de graduação de origem, sem concluí-lo. Já Scali (2009), sem desconhecer este tipo de saída, ressalta existir uma diferença entre abandono e evasão. No primeiro caso o aluno efetua a matrícula em um determinado curso

e o abandona no decorrer do processo, podendo voltar posteriormente. Quanto à evasão, esta ocorre quando o aluno abandona o curso sem concluí-lo.

Independentemente dessas considerações, é importante atentar que a dinâmica desse processo inclui vários movimentos: afastamentos e regressos aos cursos em diferentes períodos escolares, mudanças de curso, transferência de instituição e aqueles de abandono definitivo dos estudos (ao menos por certo período).

Muitos outros conceitos fazem parte do cenário da evasão e é exatamente a falta de uma maior precisão conceitual aliada a um eficiente sistema de monitoramento e cálculo que leva à generalização das diferentes formas de evasão e suas especificidades, tornando seus resultados imprecisos e inexatos e mascarando as concretas situações relacionadas à ausência do alunado aos seus cursos de origem. Isto também expõe a instituição pública a questionamentos e críticas, além de lhe causar inúmeros prejuízos financeiros resultantes da relação entre custos, investimentos e benefícios educacionais.

3 As políticas de expansão da Educação Superior brasileira

O final dos anos de 1990 marca um período de revigoramento global das políticas de educação superior. Nos países sob a tutela da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OCDE este revigoramento já vinha se sucedendo desde os anos de 1950, quando uma transformação do papel social da educação impulsionou diversas ações nas áreas pública. O ideal político global partiu da premissa de que a educação superior tem um papel fundamental “na construção do lugar do seu país em um mundo polarizado por globalizações contraditórias” (SANTOS, 2013, p.308).

No caso brasileiro, as políticas expansionistas, mesmo acompanhando a onda de revigoramento das matrículas processada em todo o mundo, foi mais lenta, sobressaindo-se apenas nos anos 2000. O Governo Federal Brasileiro, apoiando-se na nova LDB – Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.9.394/96), e no Plano Nacional de Educação (PNE) - 2001/2010, implantou cursos de graduação à distância e ofereceu maiores incentivos para a educação presencial (FREITAS, 2007, p.1). A ideia era expandir e democratizar a educação, abrindo as portas da educação superior a grupos até então afastados desse nível de ensino. A meta de graduar um maior contingente de ingressantes figurava como um dos objetivos básicos dessa nova política. A crescente expansão ocorrida nos anos seguintes por um lado abriu espaços para demandas ausentes do sistema superior, mas por outro ampliou o fenômeno da evasão no país.

De forma a cumprir os compromissos assumidos, ampliar a oferta, combater a evasão, aumentar as taxas de conclusão de cursos e aproveitar todos os recursos existentes nas instituições educativas era necessário vencer alguns desafios. Uma das estratégias para atender a grande demanda reprimida de escolarização superior e garantir a sua permanência, foi à adoção de incentivos, como o programa de bolsas do Programa Universidade para Todos (Pro Uni), criado em 2005 pelo MEC (FREITAS, op.cit.p.1).

Concomitantemente, tendo por suporte o Plano Nacional de Educação (2001-2010), o governo organizou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI - (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007) - uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE para implantar uma nova reforma no ensino superior público brasileiro. A busca por receitas para sanar os males deste ensino emergiu nas propostas do REUNI através de metas qualitativas associadas às quantitativas, como aumentar as taxas de conclusão dos cursos de graduação para 90% e combater a retenção nos cursos, o abandono e a evasão escolar. Também foi prevista a ampliação das condições de acesso, tudo isso considerando o período de seis anos desde a criação do programa, em 2007 (BRASIL, 2007).

No caso da UFPB, o REUNI foi legalmente instituído em 2007, através da resolução do CONSUNI 27/2007 (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2011). Em um contexto de poucos recursos para as iniciativas acadêmicas e estímulos para o ensino, pesquisa e extensão, o REUNI pareceu ser a oportunidade para reestruturar e expandir os objetivos acadêmicos da instituição assim como a sua infraestrutura. O projeto REUNI foi aprovado na UFPB, com um valor estimado de 136 milhões de reais a serem investidos em contratações de professores/técnicos, aquisição de novos equipamentos, materiais permanentes e construções de novos empreendimentos.

Em 2008, época da efetiva implantação do REUNI na UFPB, a instituição contava com 67 cursos de graduação presencial, abrigando um contingente de 21.152 alunos matriculados (Relatório de Gestão - REUNI, 2012). Nos cinco anos subsequentes, o Programa possibilitou a ampliação de dezesseis novos Centros e 129 cursos presenciais e a distância, e o ingresso de cerca de 25.654 novos alunos, sendo 19.544 para os cursos de graduação presencial e 6.110 para os cursos de graduação a distância. Para comportar as necessidades dessa expansão a instituição ampliou a sua estrutura multicampi, composta por cinco campi e efetivou um total de investimentos de 260,3 milhões de reais

(RELATÓRIO DE GESTÃO, 2012). Corresponde a um *unit cost* anual por estudante de ensino presencial em cerca de R\$13.319,00, (NTI, 2013; FIALHO, 2014: 60)³.

Seguindo as orientações gerais do REUNI nacional, a Universidade Federal da Paraíba propôs um programa de combate à retenção e à evasão visto que, no ano de 2007, um ano antes do seu início, a *taxa de evasão por coorte* estava em aproximadamente 35% nos cursos de graduação. A meta da UFPB era reduzir em 10% o índice de evasão registrado pela instituição (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2009). Para tal fim tratou-se de instituir programas de tutorias nos cursos com altos índices de evasão, oferecer cursos de nivelamento para os alunos ingressantes com o auxílio de bolsas, promover cursos de férias para as disciplinas com índices elevados de reprovação e aula de reforço via internet ou presencial (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2009).

3.1 A evasão escolar no contexto da expansão do ensino superior

Como comentado anteriormente, o tema da evasão não é estranho à educação superior. Aliás, o início dessas preocupações, tendo como marco os anos de 1970, se institucionalizou nos anos de 1990 através do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), organizado pelas IES públicas e privadas. Em fevereiro de 1995, o MEC e a Secretaria de Educação Superior (SESu) promoveram um Seminário sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, criando depois a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão, com vistas a encontrar estratégias para diminuir os registros de evasão nas organizações educacionais da época (POLYDORO, 2000) e aumentar o índices de conclusão da graduação.

Os números de conclusão deveriam estar relacionados aos de ingresso, mas o que se tem visto é que à medida que este último aumenta registra-se maior evasão e menor conclusão. Como demonstram os dados do Ministério de Educação (MEC, 2011) de cada 100 estudantes que anualmente ingressam nas instituições superiores, apenas 39 concluem o curso, sobretudo entre aqueles considerados menos concorridos. Se considerarmos serem estes cursos menos concorridos os que concentram a maioria do alunado proveniente das classes socialmente desfavorecidas, podemos supor que há ampliação das situações de exclusão e de desigualdade social devido aos efeitos negativos da experiência escolar (THOMSON, op.cit.2013, p. 347-350).

Dados do censo 2011, divulgados pelo MEC em outubro de 2012, mostram que entre 2001 e 2011, enquanto as matrículas no curso de graduação aumentaram 110,6%,

³ Observa-se que se trata de um valor médio para todos os cursos. Na realidade, os custos por aluno dos diversos cursos variam muito.

passando de 143.595 a 302.359, o número de concluintes cresceu apenas 4,3% evidenciando uma defasagem entre a entrada e a saída e denotando a retenção e a evasão escolar nestes cursos. A correlação negativa entre ingresso e conclusão, ocasionada pela redução de alunos, também significou para a instituição educativa laboratórios, equipamentos, salas de aulas e professores subutilizados (FREITAS, op.cit. p.2).

Estudo realizado por Fialho (2014) mostra os danos e prejuízos causados pela evasão à sociedade, aos indivíduos e à instituição escolar. Os seus reflexos de naturezas psicológicas, sociais e financeiras, alimentam situações negativas individuais, além de perdas e insuficiência dos fundos públicos (FIALHO, 2014). Também se associam ao sucesso e fracasso escolar, tornando-se objeto de preocupação de políticas internacionais e nacionais.

Além dos reflexos da evasão nos problemas de exclusão e de desigualdade social, o assunto também envolve as dimensões institucionais, causando danos e prejuízo às organizações educacionais e em consequência à qualidade educacional e à própria sociedade. Estudos realizados por Jareta (*apud* Silva Filho 2009, p. 23) concluíram que no ano de 2006 a evasão causou um prejuízo de seis bilhões de reais para a instituição universitária pública brasileira. Com a expansão das matrículas, que em 2012 chegaram a 5,9 milhões em cursos de graduação presenciais, com taxas de evasão relativamente constantes (MELO LOBO, 2012, p. 11), calcula-se que este prejuízo se aproximou de oito bilhões de reais apenas nas instituições públicas (FERNANDES et al. 2010; MOROSINI et al. 2011).

Como o problema da evasão atinge também as instituições privadas (MARTINS, 2007) assume-se que o prejuízo tenha dobrado ou triplicado este valor. Aliás, nas Instituições de Ensino Privadas, a taxa de evasão registrada é muito maior de que no setor público (SOUZA, PETRÓ, GESSINGER, 2012). Uma vez que é o próprio aluno quem financia seus estudos e em função de problemas econômicos e financeiros, acrescidos das representações e análises que os alunos estabelecem em relação a custos e benefícios da obtenção do diploma superior, o risco de evasão é maior.

Enfim, a evasão atrai repercussões negativas como pobreza, insegurança social, desemprego e problemas de saúde, expectativa de vida, igualdade social e participação política (PFEIFFER, 1999, p. 12). No tocante às Políticas Públicas, que investiram recursos de diferentes naturezas, a evasão é um aviso de que houve falência dos seus programas e metas educacionais (TESTEZLAS, 2010), indicando que os investimentos

públicos aplicados não serão revertidos em bem social e nem contribuirão para diminuir a exclusão, a desigualdade social e o desenvolvimento do país.

Soma-se a isso a questão de que os recursos repassados às universidades públicas federais pelo MEC, garantindo as suas aplicações e sustentabilidade financeira, depende do quantitativo de alunos matriculados e concluintes. Se o número de concluintes é muito aquém da matrícula inicial a universidade será penalizada no cálculo do seu orçamento, ainda que o número de docentes, técnicos administrativos, serviços terceirizados e a estrutura continuem requerendo gastos e despesas contínuas, o que debilita suas ações e futuras ofertas educacionais.

Alguns dados sobre a evasão na UFPB e sobre os prejuízos financeiros da instituição devido a esse fenômeno servirão como recorte e guia para a apresentação e análise dos dados empíricos e ilustrativos que seguem.

4 A evasão na UFPB: procedimentos de cálculos e análises

Como se vem dizendo, um dos indicadores que mais retrata o abandono do aluno do seu curso e da instituição é medido pela relação entre o número de ingressantes e o de conclusões finais. Também se comentou que o REUNI propiciou às instituições educativas públicas nacionais e à UFPB em particular, recursos para a implantação de um conjunto de medidas voltadas para a expansão e melhoramento da sua oferta acadêmica. Quando a UFPB recebeu esses recursos, os grandes desafios residiam em expandir a oferta com diminuição da evasão e aumento da conclusão. O atingimento desses objetivos demonstraria o sucesso desse Programa na UFPB; caso contrário, revelaria uma falência dos projetos expansionistas e democratizantes da Instituição, enquanto acarretaria enormes prejuízos financeiros, uma vez que a UFPB ampliou sua infraestrutura e seus recursos humanos no período de 2007 a 2012.

Dados fornecidos pelo Núcleo de Tecnologia da Informação e pelo Departamento de Estatística da UFPB serviram para se efetuar uma série de cálculos dessa situação expansionista apoiada por alguns indicadores pré-estabelecidos.

Já se disse existir diferentes modos de calcular a taxa de evasão, sendo que, na opinião de Lobo e Melo Lobo (2012), “a melhor forma de medir a evasão escolar é acompanhar a vida escolar de cada estudante para identificar quando ele abandonou os estudos, mudou de curso ou de instituição, etc.” (Lobo e Melo Lobo, 2012, p. 1). Isso,

evidentemente, não foi possível de ser acompanhado aqui, pois o cálculo da taxa de coorte⁴ pressupõe a existência de dados desagregados para cada aluno, sendo muito difícil de obtê-los pela sua complexidade e indisponibilidade. Por isso, optou-se pelo cálculo da taxa anual⁵, que produz valores menores do que a taxa de coorte.

De todo modo, para se realizar análises da evolução da evasão em uma instituição ou mesmo entre IES ao longo dos anos, é importante selecionar uma metodologia específica e adotá-la como padrão. Esta metodologia padrão permitirá o cálculo de taxas homogêneas e mais confiáveis.

Um dos métodos mais usado no Brasil e no mundo para calcular a evasão escolar é a taxa de evento (taxa anual ou de incidência) que mede a evasão pela proporção de alunos que abandonaram os estudos de um ano para o outro, sem concluir.

Neste estudo, pelas limitações encontradas, optou-se por utilizar um desenho longitudinal retrospectivo desse fenômeno no espaço de tempo mencionado (2007/2012). Estas taxas foram calculadas de acordo com a fórmula aplicada para este fim pelo Instituto Lobo, desde o ano de 2006 (LOBO e MELO LOBO, 2012, p. 4):

$$E(n) = 1 - [M(n) - I(n)] / [M(n-1) - C(n-1)]$$

sendo (**E**) evasão, (**M**) número de matriculados, (**C**) número de concluintes, (**I**) número de ingressantes, (**n**) o ano atual e (**n-1**) o ano anterior.

É de importância fundamental ter-se em conta que a entidade de referência neste cálculo é o curso, o que corresponde exatamente aos objetivos propostos. Para outras finalidades, como por exemplo, para calcular a eficiência interna do sistema do ensino superior, se deverá utilizar um cálculo que considere alunos que mudaram de curso ou da instituição, isto porque a eliminação dos alunos que mudaram de curso ou de instituição tem o efeito de diminuir a taxa geral de evasão.⁶ Assim, dependendo da entidade referencial adotada é necessário utilizar taxas de cálculos de evasão diferentes para se obter resultados mais concretos.

⁴ Taxa de coorte (longitudinal): mede os acontecimentos de um determinado grupo, no decorrer de um intervalo de tempo. A taxa de coorte produz a maior taxa de evasão, porque considera os estudantes desistentes quatro anos depois. (LEHR *et al*, 2004)

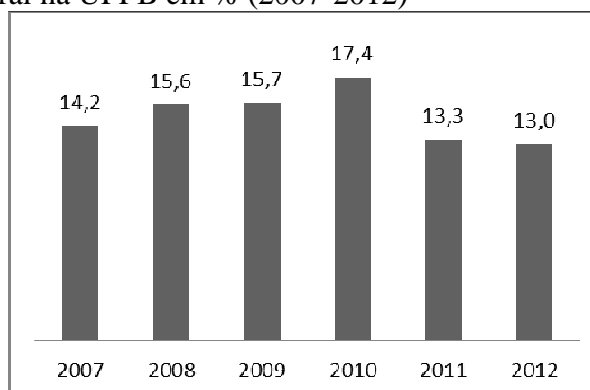
⁵ **Taxa de Eventos** (anual ou de incidência) mensura a evasão pela proporção de alunos que abandonaram os estudos em um único ano, sem concluir. Segundo Nora Luna (2003), este cálculo mostra a proporção de alunos que se evadiram de um ano letivo para o outro.

⁶ Taxas de evasão no Brasil em 2007-2008: evasão do curso: 22,2%, evasão da instituição: 20,3% e evasão do sistema do ES: 17,7% Lobo e Melo Lobo, 2012)

5 Apresentando os resultados

A UFPB é composta por cinco campi, alguns deles estruturados após o REUNI. Em uma perspectiva geral se observa, apesar do esforço expansionista da instituição, ter havido apenas uma redução moderada de 1,2% em termos absolutos e pouca variação no comportamento das taxas de evasão, durante o período do REUNI (2007/2012), conforme gráfico abaixo.

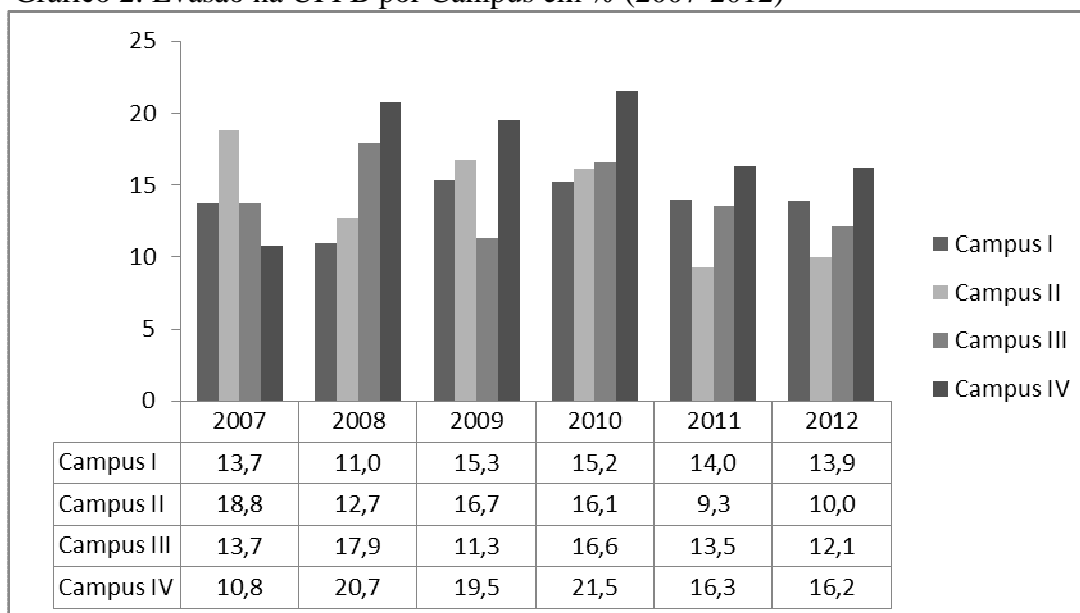
Gráfico 1 : Evasão geral na UFPB em % (2007-2012)



Fonte: NAEPE, 2014

Neste mesmo período, quando se fragmenta esses índices por campus, nota-se as diferentes situações de evasão ou abandono escolar, apontado pelo gráfico 2.

Gráfico 2: Evasão na UFPB por Campus em % (2007-2012)



Fonte: NAEPE (2013)

Como é possível observar, a magnitude e a evolução das taxas de evasão no diversos Campi diferem de forma significativa. O Campus I, localizado na capital do Estado e que absorve o maior número de alunos, registrou poucas mudanças durante os

anos referência. Já no Campus II, com sede no Brejo paraibano, ocorreu uma redução considerável e progressiva, de 18,75% em 2007 para 9,98%, em 2012. Apesar do número de matrículas do Campus II ser inferior ao do Campus I, isto não deixa de ser um indicador positivo, considerando o mesmo intervalo de tempo.

O Campus III, também localizado no Brejo paraibano, expõe um movimento altamente volátil entre os anos analisados, com uma pequena diminuição da evasão no saldo final. Já o Campus IV, situado no litoral e um dos mais recentes da UFPB, expressa os maiores indicadores de evasão da UFPB. Com efeito, entre os anos de 2008 e 2010, o índice que estava em 20,73% subiu para 21,50%. Nos anos seguintes, mesmo havendo uma redução das taxas de evasão, no cômputo final houve crescimento.

Além dos Campi, os Centros de Ensino também se constituíram unidades de análises de evasão. Uma análise desagregada, mas ao mesmo tempo discriminada por campus e observada de forma comparativa, revelou grandes divergências entre os mesmos, evidenciadas, de forma resumida, na tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Indicadores de evasão por Centro (2007-2012)⁷

Campus	Centros	Média (M)	Desvio Padrão (s)	Coefficiente de Variação (CV)
I	Centro de Ciências Exatas e da natureza - CCEN	19,45	4,36	22%
I	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA	18,60	3,18	17%
I	Centro de Informática - CI	16,45	4,29	26%
I	Centro de Comunicação Turismo e Artes - CCTA	14,93	3,12	21%
I	Centro de Ciências da Saúde - CCS	13,90	2,41	17%
I	Centro de Tecnologia - CT	13,65	2,46	18%
I	Centro de Educação - CE	13,61	7,94	58%
I	Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA	13,27	1,74	13%
I	Centro de Ciências Jurídicas - CCJ	6,06	2,28	38%
I	Centro de Ciências Médicas - CCM	1,51	1,00	66%
II	Centro de Ciências Agrárias - CCA	13,92	3,51	25%
III	Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias – CCHSA	14,19	2,35	17%
IV	Centro de Ciências Aplicadas e Educação - CCAE	17,50	3,60	21%

Fonte: (FIALHO, 2014)

⁷ A tabela demonstra para cada um dos centros a média anual da taxa de evasão, o desvio padrão e o coeficiente de variação, sendo estes dois últimos medidas que indicam grau de oscilação das taxas de evasão durante os cinco anos em estudo.

O Campus I, por sua tradição e posição hierárquica, concentra o maior número de Centros. Entretanto, o prestígio e tamanho do Campus I não lhe poupam do enfrentamento da evasão. Aliás, são os seus Centros que expressam as mais altas médias de evasão (CCEN e CCHLA), como se visualiza na mencionada tabela. Em contrapartida, este Campus, também abriga os dois Centros que apresentaram as menores médias de evasão, o Centro de Ciências Médicas (1,5) e o Centro de Ciências Jurídicas (6,1). Estes centros que abrigam as carreiras de medicina e direito, muito concorridas, com pouco ingresso e uma tradição elitista, configuram-se como aqueles que apresentam as menores incidências de evasão no âmbito da universidade pública (LOBO et al., 2007, 652; HEUBLEIN et al., 2014, 4).

Por fim, verifica-se que entre as taxas máximas e mínimas encontram-se as taxas dos outros nove centros, com índices de evasão variando entre 13 e 17, o que dá uma média de 14,6.

A tabela 2 indica os Centros que conseguiram reduzir as taxas de evasão, permitindo identificar se a situação piorou ou melhorou com o REUNI. Para isso, faz-se necessário compreender que o $\Delta(E)$ a absoluto é a diferença entre as taxas de evasão de 2007 e de 2012 e o $\Delta(E)$ relativo se calcula com a seguinte fórmula: $(E_{2012} - E_{2007})/E_{2007}$.

No conjunto, os maiores retrocessos foram apresentados pelo CCEN, com elevação de 54%, seguido do CI com 51,1% e, por fim, do CCAE com um índice de 50%. O Centro de Ciências Médicas (CCM), apesar de apresentar o maior coeficiente de variação (tabela 1) e, como indica a tabela 2, registrar 212% de aumento da evasão relativa, tem um baixo valor de evasão inicial e, portanto, está sendo considerado como um caso específico.

Os três centros que conseguiram durante o REUNI diminuir suas taxas de evasão de forma significativa foram o Centro de Educação – CE (47%), o Centro de Ciências Agrárias (47%) e o Centro de Ciências da Saúde – CCS (31%). Outros centros (CCHLA, CCJ, CCHSA) também alcançaram uma redução, porém em magnitude menor.

Dos 13 centros, sete não conseguiram alcançar a meta de diminuição da evasão, havendo, inclusive, registros de avanços durante os últimos seis anos, como demonstra a tabela 2, que segue.

Tabela 2: Impacto do REUNI

CENTRO	E % (2007)	E % (2012)	$\Delta(E)_a$	$\Delta(E)_r$
CE	29,74	15,81	13,93	-47
CCA	18,75	9,98	8,77	-47
CCS	15,58	10,81	4,77	-31
CCHLA	25,00	19,00	6,00	-24
CCJ	5,07	4,15	0,92	-18
CCHSA	13,72	12,05	1,67	-12
CT	12,07	12,75	-0,68	6
CCTA	14,00	16,92	-2,92	21
CCSA	11,02	14,78	-3,76	34
CCAE	10,83	16,2	-5,37	50
CI	9,36	14,22	-4,86	52
CCEN	13,67	21,14	-7,47	55
CCM	1,08	3,38	-2,3	212

Fonte: NTI (2013)

As causas para uma evolução tão dispersa dentro da mesma instituição exigem estudos mais profundos e detalhados. Se o REUNI pretendia, através dos seus investimentos, expandir e fazer crescer a universidade e seus índices de conclusão, reduzindo a evasão, obteve êxito em menos da metade dos Centros da UFPB. Como um fenômeno que reflete nas propostas de democratização e qualidade do ensino e de melhoria e responsabilidade educativa, além de desenvolvimento social, continua a ser uma questão urgente; um fenômeno que ultrapassa os limites e responsabilidade da instituição educativa e atinge um todo social. No rol dos efeitos negativos, incluem-se seus reflexos na manutenção e sustentabilidade da instituição universitária.

Entre 2007 e 2012, o orçamento da UFPB girou em torno de R\$ 4.343.340.000 (quatro bilhões, trezentos e quarenta e três milhões, trezentos e quarenta mil reais). Neste período, de 15.343 alunos ingressantes por ano na modalidade presencial, cerca de 2.557 (16,66%) se evadiram⁸. Considerando que os cursos duram no mínimo quatro e no máximo seis anos, e sendo cerca de dois anos o tempo médio de permanência no curso, entre os alunos evadidos, estima-se que os prejuízos econômicos causados pela evasão no período aproximaram-se dos quatrocentos milhões de reais. Para estimar a perda anual da instituição nos seis anos de referência, tendo como parâmetro o cálculo do gasto anual direto⁹ por aluno, utilizou-se a fórmula¹⁰:

⁸ Dados fornecidos pelo NTI referentes a 2013.

⁹ É importante de sublinhar, que além do gasto direto existem os denominados custos indiretos, compostos por investimentos dos estudantes e custos de oportunidade.

¹⁰ Esta fórmula permite calcular somente um valor aproximado, porque usa os *unit costs* sem considerar que os gastos para um aluno variam em função do curso e as taxas de evasão diferem de forma significativa entre os cursos.

$$\text{Perda Anual} = E * \bar{P} * G$$

sendo (**E**) N° de evadidos, (**\bar{P}**) permanência média, (**G**) gasto direto da instituição por aluno. Este cálculo permitiu o levantamento dos valores demonstrados na tabela 3.

Tabela 3: Perda anual causada pela evasão na UFPB de 2007 a 2012 (em milhões de reais)

Ano	Perda Anual (valores nominais)
2007	61,22
2008	67,71
2009	67,85
2010	73,56
2011	71,88
2012	72,81

Fonte: Relatório de Gestão, 2011 e 2013.

Estes dados possibilitam afirmar que entre os anos de 2007 a 2012 a UFPB teve um prejuízo econômico de 9,56% do seu orçamento devido à evasão. Atente-se para o fato de que este prejuízo financeiro permanecerá, mesmo que uma determinada parcela dos evadidos “apenas” mude de curso, sem que abandone a instituição. Como o controle de ingresso e permanência do alunado ocorre por suas matrículas iniciais no curso e pela identificação nominal, a instituição continuará a ter perdas de considerável magnitude.

Como se vê, à medida que a instituição enfrenta uma crise econômica nacional e continua com perdas orçamentárias decorrentes da evasão, existe o risco desse fenômeno refletir negativamente em todas as dimensões da instituição, incluindo a sua perda de qualidade no cenário nacional, regional e local. Isto pode repercutir em uma oferta das instituições privadas. Existe também o risco de uma involução do processo expansionista e democratizante do ensino superior, aprofundando as situações de exclusão, de desigualdades educacionais e de perdas de muitas conquistas sociais e educacionais obtidas pelos grupos socialmente desprivilegiados, neste início do século XXI.

6 CONCLUSÕES

Parece não existir discordâncias sobre a relação entre evasão escolar, fracasso escolar, desigualdade social, necessidades econômicas e, também, desencanto dos alunos com os benefícios decorrentes do diploma de graduação. Ou seja, um tipo de efeito diante do “impacto provocado pela globalização econômica sobre os sistemas educativos e mercados de trabalho nacionais” (BROWN & LAUDER, 2013, op.cit. p.259).

Com a democratização (ou massificação) da educação superior o perfil do aluno agora é distinto. A maioria do alunado da educação superior parece ter pressa de ingressar

no mundo do trabalho em busca de maior segurança. Nem sempre é possível à universidade contemplar essa necessidade, um dos principais motivos de evasão, seja por falta de atualização curricular, ou pela retenção do aluno nas disciplinas. Não se pode negar que os desafios enfrentados pelas políticas educacionais e pelas instituições são consideráveis, embora as suas estratégias para manter o aluno até o final do curso não estejam surtindo os efeitos esperados.

O Programa REUNI, com seus recursos e objetivos voltados a aumentar a taxa de conclusão dos cursos de graduação de 65% para 90% - ou seja, uma redução da taxa de evasão de 35% para 10% -, não atingiu suas metas.¹¹ A constância da evasão na UFPB, apesar dos esforços empregados para melhorar as condições de ensino e a qualidade da sua proposta educativa, é um exemplo particular da dificuldade de se combater esse fenômeno, como enfatiza Silva Filho (2009, p. 12).

Além disso, a manutenção desse fenômeno de forma constante, que também incide nas perdas financeiras da Instituição e em suas condições de aprimoramento da qualidade educacional, continua suscitando posturas polarizadas sobre os resultados e benefícios dessa expansão. A massificação da educação, que colocou um público diferenciado do existente para adquirir conhecimentos e qualificação, não é vista de forma pacífica e consensual nos meios políticos, acadêmicos e sociais.

Assim, diante dos índices de abandono e evasão e de uma situação de crise institucional e educacional vivenciada não apenas pelo Brasil, as políticas de aumento de participação na educação superior tenderão a sofrer retrocessos, com implicações na manutenção e reprodução de privilégios das classes melhor situadas nos estratos sociais: aquelas que se evadem menos, que conseguem concluir suas carreiras e que, historicamente desfrutam das benesses propiciadas pela educação superior.

¹¹ Lembramos que esta meta se referiu à taxa longitudinal de coorte. No presente estudo utilizou-se a taxa anual, a qual, como explicado anteriormente, é sempre menor de que a taxa de coorte. Dados válidos para a taxa de coorte atualmente não estão disponíveis, mas, se a taxa anual ficou estável, não há nenhuma evidência de que a taxa calculada pelo método de coorte mostre melhorias.

7 BIBLIOGRAFIA

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos. **Evasão e avaliação institucional: uma discussão bibliográfica**. Dissertação Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2010.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e Avaliação Institucional no Ensino Superior: uma Discussão Bibliográfica. Avaliação. Campinas; Sorocaba, SP. v. 16, n.2, p. 355-374, jul. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/OYhcQn>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

BROWN, P. & LAUDER, H. Globalização econômica, formação de habilidades e as consequências para o ensino superior. In: Apple, M.; Ball, S.L. y Gandin, L. A. **Sociologia da Educação**. Análise Internacional. Tradução Cristina Monteiro. Porto Alegre: Pensa, 2013, p. 256-267.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de Abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica

FERNANDES, Jocimar; FERREIA, Ailton da Silva; NASCIMENTO, Denise Cristina de Oliveira; SHIMODA, Eduardo; TEIXEIRA, Giovany Frossard. **Identificação de fatores que influenciam na evasão em um curso superior de ensino a distância**, Vol. 4 (16), 2010, pp. 80-91.

FIALHO, Marillia Gabriella Duarte. **A evasão escolar e a gestão universitária: O caso da Universidade Federal da Paraíba**. Dissertação Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FREITAS, Katia Siqueira de. **Gestão educacional e evasão de estudantes**. Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/225.pdf>

HEUBLEIN Ulrich; RICHTER, Johanna; SCHMELZER, Robert; SOMMER Dieter. **Die Entwicklung der Studienabbruchquoten an deutschen Hochschulen**. Forum Hochschule, 2014. Hannover: DZHW

LOBO, Roberto Leal; MONTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; MELO LOBO, Maria Beatriz de Carvalho. **A evasão no Ensino Superior Brasileiro**. Cadernos de Pesquisa, Vol. 37 (132), 2007, pp. 641-659. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300007>>

LOBO, Roberto Leal; MELO LOBO, Maria Beatriz de Carvalho. **Esclarecimentos metodológicos sobre os cálculos de evasão**. Instituto Lobo. 2012. Disponível em: <http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_078.pdf>

MARTINS, Cleide Beatriz Nogueira. **Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de Ensino Superior**. Dissertação Mestrado Profissional de Administração da Fundação Dr. Pedro Leopoldo. 2007.

MELO LOBO , Maria Beatriz de Carvalho. **Panorama da evasão no Ensino Superior Brasileiro: Aspectos Gerais das Causas e Soluções**. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Cadernos nº 25, 2012. Disponível em: <http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_087.pdf>

MOROSINI, Marília Costa et al. **A Evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Faculdade de Educação – FACED. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.alfaguia.org/www-alfa/images/ponencias/clabesI/ST_1_Abandono/12_MorosiniM_Abandono_ESBrasil.pdf>
NAEPE. Núcleo Avançado em Experimentação e Pesquisa Estatísticas. **Análise da Evasão Escolar nos Cursos de Graduação da UFPB de 2002 a 2012**. Departamento de Estatística. UFPB, 2013.

NETO, Orion Augusto Plat; CRUZ, Flávio da; PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Utilização de Metas de Desempenho Ligadas à Taxa de Evasão Escolar nas Universidades Públicas**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC, Vol.2 (2), 2008, pp.54-74. <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/25/27>

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Educação Superior e inclusão social na América Latina: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. In: _____ ; LAMARRA, Norberto Fernandez (Org). Reformas e democratização da educação superior: no Brasil e na América Latina. Aparecida, SP: Ed. Ideias Letras, 2011. P 53-96.

PFEIFFER, Dietmar K. **Bildungstransfer zwischen. Intervention und Seinlassen**. Tertium Comparationis, Vol.5 (1), 1999: pp.1-15.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à instituição**. Tese Doutorado em Educação. Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2000.

RELATÓRIO de Gestão: Exercício 2009. Ministério da Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, Março de 2010.

RELATÓRIO de Gestão: Exercício 2010. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, Março de 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/AQ1JnJ>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

RELATÓRIO de Gestão: Exercício 2011. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, Março de 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/I5cnba>>. Acesso em: 10 jan.2014.

SCALI, Danyelle Freitas. **Evasão nos cursos superiores de tecnologia**: a percepção dos estudantes sobre seus determinantes. Dissertação Mestrado em Educação. Faculdade de Educação. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SILVA FILHO, José Pereira da. **As reprovações em disciplinas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC) no período de 2000 a 2008 e suas implicações na evasão discente**. Dissertação Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Universidade Federal do Ceará. 2009.

SANTOS, B.S (2013). **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: Apple, M.; Ball, S.L. y Gandin, L. A. Sociologia da Educação. Análise Internacional. Tradução Cristina Monteiro. Porto Alegre: Pensa, 301-310.

SOUZA, Claire Teresinha; PETRÓ, Caroline da Silva; GESSINGER, Rosana Maria. **Um estudo sobre evasão no Ensino Superior do Brasil nos últimos dez anos**. II CLABES Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul 2012. Disponível em: <http://www.alfaguia.org/www-alfa/images/ponencias/clabesII/LT_1/ponencia_completa_44-.pdf>

TESTEZLAS, Roberto. **Agricultural engineering at Unicamp**: Undergraduate student dropout analysis. Eng. Agríc. Jaboticabal, Vol. 30 (6), 2010, pp. 1160-1164. Disponível em: <<http://goo.gl/WvsFlq>>. Acesso em: 11 dez. 2013.

THOMSON, P. **Trazendo Bourdieu para as políticas de aumento da participação no ensino superior; uma análise de caso do Reino Unido**. In: Apple, M.; Ball, S.L. y Gandin, L. A. Sociologia da Educação. Análise Internacional. Tradução Cristina Monteiro. Porto Alegre: Pensa, 2013, p. 347-350.